



ART 21

Reunião Ordinária – Ata nº 23/2014

Data – 2014-11-18

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 10.47 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luis Filipe Correia Dias
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório
Avelino Manuel Conceição Manana

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Resumo Diário da Tesouraria de 17-11-2014:

a) Dotações Orçamentais..... €7.194.731,63
b) Dotações não Orçamentais..... €43.979,20

Total das Disponibilidades €7.238.710,83



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(nº 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Esteve presente o munícipe Manuel Paulo Maia Gonçalves, que começou por endereçar cumprimentos a todo o executivo.

Aproveitou também para agradecer os esforços desenvolvidos pela Câmara Municipal, relativamente à reorganização do novo mapa judiciário.

AP7
e1

Em seguida colocou algumas questões relacionadas com a ADIMO – Associação de Desenvolvimento Integrado de Mouriscas, designadamente, se recebeu algumas verbas e qual o destino que aquela Associação pretende dar às mesmas.

A Presidente da Câmara começou por responder que algumas das questões colocadas pelo munícipe, terão ser dadas pela própria ADIMO, que tem uma direção, que neste momento é presidida pelo Dr. Humberto Lopes.

Sobre a ADIMO, acrescentou que a referida Associação chegou a apresentar uma candidatura no âmbito do PRODER, mas que não foi possível concretizar atempadamente.

Referiu ainda que neste momento o projeto está concluído e que o apoio que a Câmara Municipal prestou à ADIMO, foi do ponto de vista técnico no acompanhamento da elaboração do projeto e um incentivo financeiro, para fazer face à componente financeira que a Associação definiu para a realização do projeto de reabilitação.

Sabe também que é intenção da ADIMO submeter o mesmo a uma próxima candidatura no âmbito do Portugal 2020 e Apoio ao Desenvolvimento Rural, para reabilitar aquele espaço, no qual pretende criar um núcleo associativo, onde as várias organizações da freguesia possam trabalhar em conjunto, em prol do desenvolvimento da própria freguesia.

Concluiu referindo, que se trata de um investimento total de cerca meio milhão de euros e que só com um apoio comunitário é possível fazer aquela reabilitação.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Presidente da Câmara, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA (artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por fazer referência ao surto de legionella que se fez sentir em Vila Franca de Xira e aludiu que, relativamente a Abrantes, teve a oportunidade de conversar

AT
21

com o responsável da Central Termoelétrica do Pego, sobre o sistema de controlo das torres de refrigeração daquela empresa, tendo-lhe sido transmitido que são realizadas análises mensais à água e verificada a eventual presença da referida bactéria, pelo que, não existe perigo para o concelho de Abrantes.

Tomado Conhecimento.



Em seguida, deu conhecimento que se realizará em Abrantes, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2014, um encontro de Enoturismo promovido pela Entidade de Turismo do Centro e pela Comissão Vitivinícola do Ribatejo.

Tomado Conhecimento.



Deu igualmente conhecimento que já se encontra instalada no Bairro ConVida, a Associação Vidas Cruzadas e que os cabazes do Prove já começaram a ser distribuídos a partir daquela instalação.

Referiu também que estão a ser ultimados procedimentos para que o cinema se possa iniciar na próxima 5ª feira, dia 27 de novembro.

Disse ainda, que neste momento falta instalar naquele espaço a EPDRA – Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes com os cursos de pastelaria e hotelaria. Houve um atraso devido à colocação dos Mestres das referidas disciplinas, por parte do Ministério da Educação.

Tomado Conhecimento.



Fez saber que a Festa de Natal do Município, será levada a efeito no dia 6 de Dezembro de 2014, a partir das 17 horas, no estaleiro Municipal, com o apoio do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes.

Referiu que à semelhança dos anos anteriores, será uma festa simples e endereçou convite a todos os elementos do executivo para estarem presentes.

Tomado Conhecimento.

ART
cl

Em face das festividades da época natalícia, a Presidente da Câmara, sugeriu que a reunião de câmara agendada para o dia 30 de dezembro de 2014, fosse adiada para a primeira semana de janeiro de 2015. No entanto, se por motivos inadiáveis, for necessária a sua realização, a mesma será antecipada para uma data a acordar, tendo estas sugestões sido aceites por todos os membros da câmara.

Tomado Conhecimento.



Por último, deu conta que foi aprovada por unanimidade, na reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, realizada em 12 de novembro de 2014, a revisão do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Abrantes 2014-2018.

Acrescentou que a revisão deste plano foi condicionada em função da nova candidatura que foi aprovada e submetida com sucesso na passada semana, pelo que a esta altura, o mesmo encontra-se revisto e em aprovação pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Foi também submetida uma candidatura para conclusão das faixas de combustível a norte do concelho de Abrantes. - 196846

Tomado Conhecimento.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Gabinete de Apoio à Presidência

Nº 01 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do pedido apresentado pela Junta de Freguesia do Pego a solicitar a colaboração da Câmara Municipal na resolução de um problema num canal de escoamento e encaminhamento de águas pluviais na Rua das Covas, cuja resolução passa por dar continuidade ao canal existente até à ribeira, numa extensão aproximada de 50 metros. Solicita a Junta de Freguesia que a Câmara Municipal forneça os materiais necessários à execução dos trabalhos, no valor estimado 1.246,00€ (mil duzentos e quarenta e seis euros) acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, cabendo àquela assegurar a execução dos referidos trabalhos. – 192785

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência dos materiais necessários à construção do canal, no valor estimado 1.246,00€ (mil duzentos e quarenta e seis euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Propor à Assembleia Municipal a concessão do apoio solicitado pela Junta de Freguesia de Pego, por competir a este órgão deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da

AS

el

promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência do pedido apresentado pela Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes que, à semelhança de anos anteriores, solicita a colaboração da Câmara Municipal na organização do Desfile de Moda Infantil - Natal 2014, com o tema O Circo de Natal, que se realizará no próximo dia 29 de novembro pelas 15h00. Solicitam apoio para disponibilização do edifício do Mercado Criativo, o transporte, montagem e desmontagem do palco em T, a colocação da alcatifa e a limpeza do espaço antes e depois do evento. - 195717

Para o efeito, informa a associação que a atividade conta com a colaboração em termos de organização, do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes e dos Comerciantes de Lojas de Vestuário Infantil do Centro Histórico de Abrantes, nomeadamente: Be a Kid, Rittual, Girandola e Trapos e Cacos.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a colaboração da Câmara Municipal, mediante a concessão do apoio solicitado pela Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes na organização do Desfile de Moda Infantil - Natal 2014.



Serviço Municipal de Proteção Civil

Nº 03 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete o Relatório de Incêndios relativo ao período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2014, elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. - 193166

Tomado conhecimento.



Nº 04 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de informação do Serviço Municipal de Proteção Civil, acerca do pedido apresentado por Joaquim Lopes Gonçalves Mata para o licenciamento da ação de destruição do revestimento vegetal para fins não agrícolas de um terreno numa área de 1,760 ha, correspondente ao artigo matricial 83 secção H, sito no lugar de Tendeiros, freguesia do Pego, para a plantação de eucaliptos. - 192244

Mais refere a informação que, pelos elementos constantes no pedido, que se encontra devidamente instruído, não vê inconveniente na emissão do licenciamento para o ato requerido. Face ao PDM – Plano Diretor Municipal, o prédio em questão encontra-se em Espaço Agroflorestal (art.º10 do regulamento do PDM). Não é abrangido pela RAN – Reserva Agrícola Nacional, REN

AS

C'

- Reserva Ecológica Nacional, ou qualquer outra condicionante. Face ao PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios também não existe qualquer condicionante.
- 184845

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto ao referido pedido de licenciamento da ação de destruição do revestimento vegetal para fins não agrícolas, nos termos do Decreto-Lei nº 139/89, de 28 de abril, tendo em conta que a área pretendida é inferior a 50 ha.

Ao Serviço Municipal de Proteção Civil para os devidos efeitos.



Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

Nº 05 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, acerca do pedido efetuado pelo cessionário dos quiosques sitos no Aquapolis Sul, David Ricardo Moutinho Mendes para alteração da denominação do cessionário para "Sasha River, Unipessoal, Lda.", com o NIF 513253262, fundamentando o pedido com a necessidade do explorador em ter contabilidade organizada. - 193203

Deliberação: Por unanimidade, podendo ser enquadrado como um pedido de cessão da posição contratual, nos termos da cláusula 7ª do contrato celebrado em 18.11.2011, que refere que "é permitida a subcontratação ou a cessão da posição contratual com a autorização prévia da entidade adjudicante, sujeita aos limites iniciais do prazo de cedência de exploração e demais pressupostos e condicionantes de exploração", autorizar o solicitado ficando, todavia, condicionado à apresentação, por parte da nova entidade, de toda a documentação necessária (documentos de habilitação), a qual deve ser solicitada pelos serviços.

À Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano para os devidos efeitos.



Nº 06 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação o seu despacho de 12 de novembro de 2014 que aprovou a minuta do contrato a celebrar entre o Município de Abrantes e João Luís Ferreira de Almeida com vista à cedência da exploração da sala de cinema sita no Edifício Millenium, em Abrantes. - 194653

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a minuta do contrato.

2017
e'

O Vereador Avelino Manana absteve-se, tendo em conta as posições assumidas anteriormente, relativamente ao projeto Bairro ConVida.



Nº 07 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, acerca do pedido apresentado pela Junta de Freguesia de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo a solicitar apoio jurídico à Câmara Municipal, nomeadamente na constituição de advogado para representar a Junta de Freguesia no processo 1247/14.8BELRA a decorrer no TAF- Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. – 192114

Deliberação: Por unanimidade, a Câmara Municipal não se opõe a que a Dra. Paula Milho, através do contrato de avença celebrado, patrocine a União de Freguesias de S. Miguel e Rossio, no processo judicial, devendo as custas e demais encargos com o processo, nomeadamente deslocações, serem suportados pela União de Freguesias.

À Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano para os devidos efeitos.



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 08 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou listagem de processos de despesa realizada, em outubro de 2014, ao abrigo do parecer prévio genérico para 2014, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2014, que salvaguarda as situações previstas nos nºs 1 e 2 do artigo 4º da Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro. - 191092

Tomado conhecimento.



Nº 09 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 06 de novembro de 2014, remetendo para aprovação listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados no mês de outubro de 2014, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 139,36€ (cento e trinta e nove euros e trinta e seis cêntimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município à data de 06 de novembro de 2014. - 192259

7
e!

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 139,36€ (cento e trinta e nove euros e trinta e seis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 10 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação o seu despacho de 09 de novembro de 2014 relativo à decisão de adjudicar no âmbito do procedimento para "Aquisição e manutenção de software Microsoft", decorrido o período de audiência prévia dos interessados, pelo prazo de 3 anos, sem que tivesse havido qualquer reclamação, e do relatório final elaborado pelo júri do procedimento, no qual sugere adjudicação à firma "Informática El Corte Inglés - Sucursal em Portugal", pelo montante de 249.297,15€ (duzentos e quarenta e nove mil duzentos e noventa e sete euros e quinze cêntimos), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor. - 183146

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificado o despacho da Presidente da Câmara que decidiu adjudicar a "Aquisição e manutenção de software Microsoft", pelo prazo de 3 anos à firma "Informática El Corte Inglés - Sucursal em Portugal", pelo montante de 249.297,15€ (duzentos e quarenta e nove mil duzentos e noventa e sete euros e quinze cêntimos), acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor.



Nº 11 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação o seu despacho de 12 de novembro de 2014 que, na sequência de informação do júri do procedimento para o "Fornecimento Contínuo de Gás Natural e Propano a Granel para diversos edifícios e equipamentos municipais, ao abrigo do Acordo Quadro de Gás da CIMT", aprovou a prorrogação do prazo para apresentação de propostas por mais 5 dias, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 64º do Código dos Contratos Públicos, atendendo à necessidade de prestar esclarecimentos adicionais aos eventuais concorrentes. - 173259

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Handwritten signature and initials

Deliberação: Por unanimidade, ratificado o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a prorrogação do prazo para apresentação de propostas por mais 5 dias, de acordo do disposto no nº 1 do artigo 64º do Código dos Contratos Públicos, do procedimento para o "Fornecimento Contínuo de Gás Natural e Propano a Granel para diversos edifícios e equipamentos municipais, ao abrigo do Acordo Quadro de Gás da CIMT".



Nº 12 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 10 de outubro de 2014, referindo que o Acordo de Pagamento com os SMA – Serviços Municipalizados de Abrantes, assinado em dia 22 de setembro de 2012, no montante de 758.018,60€ (setecentos e cinquenta e oito mil e dezoito euros e sessenta cêntimos), previa pagamentos nos anos 2013, 2014 e 2015 e que, nesta data, o montante em dívida ascende a 317.064,83€ (trezentos e dezassete mil e sessenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos). Estando agendadas 3 tranches para o seu pagamento no decorrer do ano 2015 (março, maio e outubro) e tendo em conta a existência de disponibilidade de tesouraria e de fundos disponíveis, sugere a antecipação, para o ano 2014, do pagamento das referidas tranches, que totalizam o valor em dívida. - 87975

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a antecipação do pagamento do valor relativo ao ano 2015 do Acordo de Pagamento com os SMA – Serviços Municipalizados de Abrantes, assinado em dia 22 de setembro de 2012.



Nº 13 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativamente ao processo inerente à celebração de escritura para aquisição de uma parcela de terreno, no montante de 100.000,00€ (cem mil euros), para implantação do Centro Escolar de Rio de Moinhos, conforme protocolo que foi outorgado, em 13 dezembro 2010, entre este Município e a Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. - 184290

Remete para ratificação o despacho do Vice-Presidente, de 5 de novembro de 2014, que autorizou a despesa, aprovou a minuta de escritura e que autorizou, ainda a desanexação da parcela de terreno do prédio misto com a área total de 8.150 m², que inclui o urbano inscrito na matriz sob o artigo 1213, e uma parcela de terreno que vai ser subtraída à área do prédio rústico 13 da Seção P2, da Freguesia de Rio de Moinhos, com a área de 7.520 m², inscrita na matriz sob o artigo 1372, prédio este descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 01088, destinando-se a parcela de terreno à implantação do Centro Escolar de Rio-de-Moinhos, e a casa anexa, a habitação, sendo esta aquisição de manifesto interesse público.

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Vice-Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: ratificar o despacho do Vice-Presidente, de 5 de novembro de 2014, autorizou a despesa, aprovou a minuta de escritura e que autorizou, ainda a desanexação da parcela de terreno do prédio misto com a área total de 8.150 m².

A Presidente da Câmara prestou ainda alguns esclarecimentos adicionais, sobretudo que, relativamente a este processo, a Câmara Municipal tem a intenção de desenvolver todo o procedimento e esperar que no próximo quadro comunitário, nomeadamente no que diz respeito à eficiência energética, consiga fazer a conclusão desta intervenção e criar condições para instalação de duas famílias no âmbito da habitação social.



Nº 14 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa acerca da carta remetida pelo ILC - Instituto de Línguas do Centro, Lda. que, gentilmente, manifesta interesse em doar ao Município, um conjunto de mobiliário escolar, constituído por 1 secretária, 25 mesas, 35 cadeiras e 33 palmatórias, uma vez que se encontram em fase de aquisição de novos equipamentos.

Mais refere que, nos termos do disposto na al. j) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário, pelo que se submete a despacho e posterior apreciação da CM a aceitação da referida doação. – 193953

Deliberação: Por unanimidade, aceitar a doação de um conjunto de mobiliário escolar, constituído por 1 secretária, 25 mesas, 35 cadeiras e 33 palmatórias.



Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária

Nº 15 – Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, remeteu a publicação no Diário da República, 2.ª série – n.º 203, de 21 de outubro de 2014, da adenda ao contrato n.º 528/2014 estabelecido entre o Município de Abrantes e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, relativo ao contrato-programa para o financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico - Ano letivo de 2012-2013. – 193731

Tomado conhecimento.

107
C1

Nº 16 – Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, que remete para aprovação a renovação para o ano letivo 2014/2015 do Protocolo para o Desenvolvimento Integrado da Atividade de Proteção (aplicação de selantes de fissura) e Tratamentos Dentários no Âmbito da Saúde Escolar/Saúde Oral, celebrado entre a Câmara Municipal de Abrantes, ACES do Médio Tejo, Unidade de saúde Pública do Médio Tejo e os Agrupamentos Escolares n.º 1 e n.º 2 de Abrantes, relativamente ao Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral. Remete também, para conhecimento, os resultados do mesmo protocolo relativos ao ano letivo 2013/2014. – 191285

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a renovação para o ano letivo 2014/2015 do Protocolo para o Desenvolvimento Integrado da Atividade de Proteção (aplicação de selantes de fissura) e Tratamentos Dentários no Âmbito da Saúde Escolar/Saúde Oral.

À Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária para os devidos efeitos.

Relativamente a este assunto, a Presidente da Câmara fez uma ressalva, referindo que esteve presente numa reunião promovida pelo Núcleo de Saúde do ACES do Médio Tejo, onde foram apresentados resultados da última década relativamente a este processo, tendo-se verificado no município de Abrantes, uma melhoria muito grande na diminuição do número de cáries na população juvenil. Constatou-se que o trabalho que tem vindo a ser feito ao longo destes anos tem consequências efetivas, designadamente em jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos de idade. Trata-se de um trabalho de grande valor que está a ser desenvolvido nesta parceria, na qual se inclui também os Presidentes das Juntas de Freguesia, que têm criado condições para que as crianças e jovens se desloquem aos consultórios que prestam este tipo de apoio.

O Vereador da CDU, Avelino Manana, questionou se estas verbas são atribuídas através do Fundo Social Municipal, tendo a Presidente da Câmara respondido afirmativamente.



Nº 17 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara datado de 30 de outubro de 2014, que recaiu sobre informação da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária relativa ao aumento do número de alunos a transportar das localidades de Barrada, Vale Zebrinho e S. Facundo para o Centro Escolar da Bemposta, ao abrigo do Concurso Público nº 36/2014, informando que havia 16 alunos inscritos para transportar destas localidades e que as inscrições aumentaram sendo, atualmente, 21 alunos(as) a usufruírem desse transporte. Informa que o lote nº 13 foi adjudicado à empresa UTS – Viagens e Serviços, S.A., pelo valor de 99,75€ (noventa e nove euros e setenta e cinco cêntimos) mais IVA, por dia. Contudo, como o número de alunos aumentou, a referida empresa necessitou de colocar no terreno um autocarro maior e, como tal, acarretando mais despesa. Solicita, assim, que lhes seja pago, diariamente, mais 29,90€ (vinte e nove euros e noventa cêntimos), que corresponderá (durante 167 dias úteis do calendário escolar contados para o 1º. Ciclo) a um acréscimo de 129,65 (cento e vinte e nove euros e

AP
e!

sessenta e cinco cêntimos) mais IVA, por dia, ao valor do lote 13, totalizando um acréscimo ao valor do contrato em 4.993,30€ (quatro mil novecentos e noventa e três euros e trinta cêntimos), mais IVA.

No âmbito do mesmo procedimento, a referida firma UTS – Viagens e Serviços, S.A. solicitou também a cedência da sua posição contratual face ao lote nº 13 do referido concurso para a empresa Táxis Pombo de Mação, Lda. - 187345

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 30 de outubro de 2014, que autorizou a realização de serviços a mais, nos termos do disposto no artigo 454º do Código dos Contratos Públicos, no valor de 4.993,30€ (quatro mil novecentos e noventa e três euros e trinta cêntimos), mais IVA.

Relativamente à cedência da posição contratual informar a requerente, mediante a necessária audiência dos interessados, de que a pretensão não é viável, uma vez que houve outro concorrente a apresentar proposta a este lote nº 13 e que ficou em 2º lugar, tendo a empresa Táxis Pombo ficado em 3.º lugar. Entende a Câmara Municipal que esta situação se enquadra na alínea c) n.º 1 do artigo 317º do Código dos Contratos Públicos que refere "1- A cessão da posição contratual e a subcontratação são vedadas: c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de actos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência."

À Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária para os devidos efeitos.

A Vereadora Celeste Simão explicou que se trata do aumento de cinco alunos, sendo que, dois são transferências efetuadas no final do mês de agosto e três que não se encontravam inscritos à data do concurso.



Nº 18 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a continuidade do Projeto Mediadores Municipais por mais 9 meses (1 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2015), no âmbito do aditamento ao Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., a Associação Cres.Ser e o Município de Abrantes, a que corresponde um encargo previsto para a autarquia de 6.182,10€ (seis mil cento e oitenta e dois euros e dez cêntimos), a transferir para a Associação Cres.Ser. - 194897.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a continuidade do Projeto Mediadores Municipais por mais 9 meses (1 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2015), no âmbito do aditamento ao Protocolo de Cooperação.

O Vereador da CDU, Avelino Manana perguntou sobre a possibilidade de aceder ao processo.

A Presidente da Câmara referiu que, na próxima reunião de câmara, será entregue uma cópia do mesmo.

101
e1

Nº 19 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente a um pedido apresentado pela Palha de Abrantes, Associação de Desenvolvimento Cultural, para utilização da sala polivalente da Biblioteca Municipal António Botto para o dia 28 de novembro, para a realização da 12ª edição das Jornadas de História Local, com a dispensa do pagamento das respetivas taxas. - 195772 e 195664

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 225,85€ (duzentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 20 - Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito de 18 de novembro a 02 de dezembro de 2014, no âmbito do plano de atividades para 2014 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude. - 196307

Tomado conhecimento.



Nº 21 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente à informação nº 74 da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 07 de novembro de 2014, acerca do pedido da Palha de Abrantes, Associação de Desenvolvimento Cultural, que solicita a cedência gratuita do Cine Teatro de S. Pedro, em Abrantes, no dia 19 de novembro para exibição do filme "Os Maias" e no dia 20 de Dezembro para a exibição de um filme musicado ao vivo. - 195599

Por solicitação da Presidente da Câmara, este assunto foi retirado da reunião, para a obtenção de esclarecimentos junto da Associação Palha de Abrantes, relativamente à cobrança de bilhetes aos alunos das escolas, tendo merecido a concordância de todos os elementos do executivo.



Nº 22 - Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente à informação da Divisão de Cultura, Património e Desporto, na sequência do pedido da Federação Portuguesa de Futebol, a solicitar o apoio do Município de Abrantes, nomeadamente na cedência do Estádio Municipal de Abrantes para a realização do Jogo de preparação de Futebol de 11, entre as seleções nacionais de sub 18 entre Portugal e a Irlanda, no dia 16 de dezembro de 2014, integrado no plano de preparação da seleção de sub 18. - 196062

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do Estádio Municipal de Abrantes para a realização do Jogo de preparação de Futebol de 11, entre as seleções nacionais de sub 18 entre

AR
el

Portugal e a Irlanda, no dia 16 de dezembro de 2014, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 292,39€ (duzentos e noventa e dois euros e trinta e nove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, face à repercussão do evento e ao continuado reconhecimento pela escolha do Estádio Municipal de Abrantes para acolhimento de jogos internacionais pela Federação Portuguesa de Futebol e pela UEFA.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Nº 23 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, acerca do pedido apresentado pela associação ATFC – Água Travessa Futebol Clube para apoio no âmbito do programa Finabran

Deliberação: Por unanimidade, atendendo a que a coletividade cumpre com requisitos previstos nas normas do Finabran



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa a uma informação da Divisão de Cultura, Património e Desporto, com vista à atribuição de apoios no âmbito do FINABRANTES Medida 2 - Desporto, para a época desportiva 2014/2015, no montante global de 181.757,45€ (cento e oitenta e um mil setecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), distribuídos da seguinte forma: - 196305

- Atividades desportivas federadas de carácter regular, 27 Clubes/Associações, em 19 modalidades diferentes, com uma envolvimento de 53 equipas no âmbito dos desportos coletivos (1141 atletas) e 300 atletas em desportos individuais, no total de 175.012,65€ (cento e setenta e cinco mil e doze euros e sessenta e cinco cêntimos);
- Apoio à promoção de atividades desportivas ou recreativas de lazer, meramente lúdicas, 9 Coletividades, em 6 modalidades diferentes, estando envolvidos 253 participantes distribuídos por 190 escolinhas/futebol, 12 voleibol, 16 hóquei em patins, 15 andebol, 5 ténis de mesa e 15 ginástica no total de 6.744.80€ (seis mil setecentos e quarenta e quatro euros e oitenta cêntimos).

Mais informa que algumas candidaturas não estão de acordo com o disposto na alínea ii e iii do ponto 2, do artigo 9º das normas, no entanto e como se tratam de modalidades onde é difícil

AP
el

desenvolver trabalho nos escalões etários de formação ou onde se verifica a ausência de quadros competitivos intermédios, sugere que sejam apoiados em 50% as seguintes entidades:

- Amadores de Pesca de Abrantes, Clube de Amadores de Pesca e Caça do Pego na modalidade de pesca;
- Associação Cultural Desportiva e Recreativa da Chainça, Associação de Cicloturismo BTT do Fôjo, na modalidade Ciclismo/BTT;
- Associação de Melhoramentos da Freguesia de Alvega na modalidade de Ténis de Mesa;
- Clube Desportivo e Recreativo de Alferrarede "Os Dragões" na modalidade de Matraquilhos; União Desportiva Rossiense na modalidade de Futebol de Praia.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar os apoios às associações desportivas nos termos da referida informação da Cultura, Património e Desporto, no âmbito do FINABRANTES Medida 2 - Desporto, para a época desportiva 2014/2015, no montante global de 181.757,45€ (cento e oitenta e um mil setecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos).



Divisão de Gestão de Projetos e Produção

Nº 25 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 12 de novembro de 2014, que remete para aprovação o Plano de Trabalhos com riscos especiais para a execução do sistema de tirantes metálicos no piso 1, devidamente validado pela sociedade comercial Rui Prata Ribeiro, Lda., respeitante à empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", adjudicada à sociedade CIP - Construção, SA.. – 196314

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o Plano de Trabalhos com riscos especiais para a execução do sistema de tirantes metálicos no piso 1, da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes".

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção, para os devidos efeitos.



Nº 26 – Proposta de deliberação da Presidente da Câmara, acerca da informação Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 4 de novembro de 2014, relativa ao pedido de prorrogação do prazo da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", solicitado pela adjudicatária CIP - Construção, SA., sugerindo a aprovação da prorrogação graciosa do prazo da empreitada por 61 dias, fixando-se a conclusão da mesma em 31.12.2014, com base nos argumentos apresentados e validados pela empresa responsável pela fiscalização da empreitada, Rui Prata Ribeiro, Lda., e a aprovação do plano de trabalhos e respetivo cronograma financeiro apresentado conforme com o novo prazo solicitado, aceitando os argumentos apresentados pelo adjudicatário. – 195222

[Handwritten signature]
el

Em anexo, informação nº 19/2014/PV dos Serviços Jurídicos, datada de 20 de maio de 2014, acerca de situação idêntica, emitido em anterior prorrogação.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a prorrogação graciosa do prazo da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", por 61 dias, fixando-se a conclusão da mesma em 31.12.2014, com base nos argumentos apresentados e validados pela empresa responsável pela fiscalização da empreitada, Rui Prata Ribeiro, Lda., e aprovou o plano de trabalhos e respetivo cronograma financeiro apresentado conforme com o novo prazo solicitado, aceitando os argumentos apresentados pelo adjudicatário, nos termos e com os fundamentos das informações da Chefe da Divisão de Gestão de Projetos e Produção e dos Serviços Jurídicos, datadas de 4 de novembro de 2014 e de 20 de maio de 2014, respetivamente.

À Divisão de Gestão de Projetos e Produção, para os devidos efeitos.

A Presidente da Câmara prestou esclarecimentos adicionais sobre esta matéria, designadamente, que este assunto tem causado grande preocupação e que recentemente efetuou uma reunião com o Vereador João Gomes e o responsável pela empresa, no sentido de ser dada garantia de que até final deste prazo, a obra fique concluída e que a mesma seja recebida até final do próximo mês de janeiro.

O Vereador da CDU, Avelino Manana, também manifestou a sua preocupação relativamente a este assunto e disse compreender as dificuldades que os empreiteiros atualmente têm, mas em sua opinião, a Câmara Municipal deveria fazer uma grande monitorização à obra.

A Presidente da Câmara esclareceu que presentemente estão a ser feitas reuniões de obra diárias e referiu que de acordo com as explicações dadas pela empresa, não se trata de questões financeiras, mas sim de direção de obra e de problemas com a aquisição de materiais associados, para a conclusão das empreitadas.

A Vereadora do PSD, Elza Vitório, manifestou igualmente a sua apreensão com as constantes alterações de prazo.



Nº 27 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, acerca da informação nº 180 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 31 de outubro de 2014, sugerindo a aprovação do pedido efetuado pela sociedade comercial CIP – Construção, S.A., adjudicatária da empreitada de "Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes", para substituição de Diretor de Obra e representante do empreiteiro, do Eng.º Paulo Miguel Serra Ferreira pelo Eng.º Técnico Civil Nuno Roberto Araújo Teixeira, que será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Eng.º Técnico Civil Sérgio Marco Fernando Perpétua. Remete também para aprovação a documentação exigida pela Lei nº 31/2009, de 3 de julho. - 195004

Deliberação: Por unanimidade, estando reunidos os requisitos, aprovar a substituição solicitada, bem como a respetiva documentação, de acordo com a referida informação nº 180 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção.



Nº 28 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 182 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 06 de novembro de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de “Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega”, adjudicada à sociedade Vedap – espaços Verdes, Silvicultura e Vedações S.A., para efeitos de receção provisória. - 189992

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 29 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 184 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 6 de novembro de 2014, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de “Reconstrução de muro sem preservação das características construtivas na Av. do Paiol, em Abrantes”, adjudicada à sociedade comercial Construções José Coutinho, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, a qual foi realizada em 24 de outubro de 2014. - 192528

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão encontram-se em condições de serem aceites pelo dono da obra, pelo que, poderá nos termos do citado diploma, proceder-se à liberação faseada da caução.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 09.06.2011, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos, poderá ser liberada 15% dos valores retidos para o efeito, no montante de 1.669,42€ (mil seiscentos e sessenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos).

Após esta restituição, o valor do depósito passará a ser de 2.782,37€ (dois mil setecentos e oitenta e dois euros e trinta e sete cêntimos).

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 182 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 06 de novembro de 2014.

AD
EL

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 30 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, relativa à informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 10 de novembro de 2014, na sequência da exposição apresentada pela empresa RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, SA, em sede Participação Pública no âmbito do processo de revisão do PUA – Plano de Urbanização de Abrantes, em 26 de fevereiro de 2014. – 160522

Deliberação: Por unanimidade, considerar que, até à concretização e eficácia da Revisão do PUA – Plano de Urbanização de Abrantes, processo que deverá contemplar a transição da área respeitante aos prédios para o Espaço Industrial, possam ser instruídas, avaliadas e autorizadas/licenciadas operações urbanísticas na área denominada como “Área de reconversão urbanística” desde que exclusivamente destinadas ao uso industrial ou que lhe estejam diretamente associadas (ex: instalações destinadas a funcionários, armazenagem, equipamentos técnicos e atividades dependentes do uso industrial), obedecendo aos parâmetros urbanísticos fixados no artigo 27º do RPUA - Regulamento do Plano de Urbanização de Abrantes. Mantém-se em vigor as normas do artigo 28º do RPUA, no que exclusivamente diz respeito ao espírito do mesmo, em concreto, a prevenção e inibição de alastramento e dispersão de outros usos (que não o industrial), principalmente no que se refere a intervenções nos imóveis destinados a habitação que caracterizam parte dessa área.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 31 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à questão de legitimidade na influência de operações urbanísticas, remetendo para aprovação a adoção de procedimentos no tratamento dos frequentes pedidos de instalação de estabelecimento de restauração ou de bebidas em frações destinadas, segundo o título constitutivo da Propriedade Horizontal, a “Comércio” ou a “Estabelecimento Comercial”. – 191214

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a adoção de procedimentos no tratamento dos frequentes pedidos de instalação de estabelecimento de restauração ou de bebidas em frações destinadas, segundo o título constitutivo da Propriedade Horizontal, a “Comércio” ou a “Estabelecimento Comercial”, nos seguintes moldes:

1. Que seja exigida a autorização da totalidade dos condóminos para alteração da utilização (promovendo uma posterior alteração do título constitutivo), caso a celebração da escritura haja ocorrido após a data de entrada em vigor da CAE Rev.2 (01.01.1994);
2. Que seja dispensada a autorização de restantes condóminos para efeitos da instalação, ainda que por parte da autarquia seja promovida redação de documento que ateste a compatibilidade do Alvará de Utilização original com essa atividade, caso a celebração da

escritura haja ocorrido anteriormente à data de entrada em vigor da CAE Rev.2 (01.01.1994).

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 32 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 10 de novembro de 2014, acerca do pedido de informação prévia para alteração de fachada relativamente a prédio sito na Rua da Sociedade, nº 689, em Chainça, Abrantes, requerida por Sandra Margarida Rosa Gonçalves. - 187035

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto ao pedido de informação prévia apresentado, que consiste em obras de alteração de fachada para abertura de um vão de porta, havendo ainda sido manifestada intenção de alteração de utilização.

De acordo com o teor da informação técnica prestada e conforme previsto no artigo 14º e seguintes do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, a requerente deverá instruir procedimento de licença, ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 4º do diploma legal antes referido e obtenção do respetivo alvará de licença, previamente à execução das obras.

Deverá ainda a (eventual) alteração de utilização ser alvo de prévia instrução de procedimento de autorização, paralelamente ou conjuntamente com o pedido de licença para a realização dos trabalhos.

Ambos os procedimentos mencionados deverão cumprir escrupulosamente o instrumento de gestão territorial aplicável (Plano de Urbanização de Abrantes) e demais legislação aplicável.

As licenças ou autorizações proferidas pela Câmara Municipal pressupõem a salvaguarda e o respeito por (eventuais) direitos de terceiros.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 33 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência do pedido apresentado por Carla Maria Ferreira Canha de Oliveira para atribuição de número de polícia, em 8 de abril de 2014, remete para aprovação a atribuição do topónimo de "Caminho da Meirinha", na freguesia de Mouriscas, face ao sugerido em articulação com a Junta de Freguesia. Consequentemente, remete também para aprovação a atribuição do número de polícia 858 – 166770

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do topónimo de "Caminho da Meirinha", na freguesia de Mouriscas, face ao sugerido em articulação com a Junta de Freguesia, e o número de polícia 858 ao pedido apresentado pela requerente Carla Maria Ferreira Canha de Oliveira.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 34 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência de uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 23 de outubro de 2014, acerca do processo nº 781/04, titulado por Nunes Alves & Martins – Sociedade de Construções, Lda., e da comunicação prévia de alterações no decorrer de obra apresentada.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de procedimento constante da informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 23 de outubro de 2014, que se transcreve:

1. A firma titular do processo deverá, de imediato, proceder a anulação da escadaria que e coroada pelo corredor de acesso as frações comerciais e a entrada de um dos blocos habitacionais;
2. O referido corredor deverá salvaguardar esse acesso, sendo suportado por muro devidamente dimensionado para esse efeito; tal muro devera apresentar acabamento devidamente ponderado e articulado com os materiais utilizados na conceção dos blocos habitacionais;
3. O percurso do corredor devera ser provido por guarda lateral de proteção, de modo a prevenir quedas acidentais;
4. A praça anteriormente existente, pertencente ao Domínio Publico Municipal deverá ser rigorosamente devolvida a sua plataforma e materiais originais, tal como as espécies arbóreas e os candeeiros de iluminação pública;
5. Deverá manter-se integrada no Domínio Publico Municipal a área do corredor de acesso ao edifício, não representando qualquer incremento da área do Lote, uma vez que tal possibilidade configuraria uma alteração ao Alvará de Loteamento - quer pelo aumento da área do lote, quer pela necessidade de desafetação de área desse Domínio (cuja decisão competiria a Assembleia Municipal);
6. Dever, mesmo assim, ser promovida uma alteração ao Alvará de Loteamento, de modo a salvaguardar o cumprimento pela cota de soleira e pela cota de cumeeira constantes da programação do Loteamento para este Lote 21 (que fixavam os valores de 55,00 e de 68,00, respetivamente); considera-se, contudo que esta alteração do loteamento constitui uma das alterações de regime mais simplificado, previstas no nº 8 do artigo 272º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação);
7. As correções impostas pelos pontos 1., 2., 3. e 4. deverão ser previamente apresentadas em projeto elaborado para o efeito, de modo a que a Camara Municipal aprecie a solução encontrada, possibilitando a sucessiva execução;
8. Essas correções deverão ser alvo da indispensável fiscalização e a sua receção será ser condição para (eventual) Autorização de Utilizações das frações;
9. Ainda que estas condições sejam superiormente aceites e no que concerne exclusivamente ao projeto de alterações apresentado, o mesmo devera ser retificado, no

prazo máximo de 15 (quinze) dias, de modo a representar corretamente a realidade construída, evidenciando-se claros desfaseamentos:

- 9.1. Na relação do perfil do passeio da Avenida Mário Soares com a cota da galeria de acesso ao Bloco 21-A;
 - 9.2. Na relação entre a cota do Piso de Estacionamento com a cota da via (Rua Ramalho Ortigão) através da qual se acede ao mesmo;
 - 9.3. Na execução, em desconformidade com o projeto, da escadaria e rampa de acesso a partir da Avenida Antero de Quental.
10. Resulta ainda a evidente necessidade de serem encerrados todos os vãos praticados na laje que separa o último piso de habitação do piso de arrecadações, perante a impossibilidade de ser equacionado qualquer aumento de área bruta de construção.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 35 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 292/2014-CM, da Fiscalização Municipal da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 28 de outubro de 2014, que remete auto da vistoria efetuada em 22 de outubro de 2014, com vista à receção definitiva, para consequente libertação da caução, relativamente às obras de urbanização do loteamento com o alvará nº 1/2006, titulado por Armando Luís da Silva, sito em Chainça, Abrantes. – 153/03

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a receção definitiva das obras de urbanização do loteamento com o alvará nº 1/2006, titulado por Armando Luís da Silva, sito em Chainça, Abrantes, nos termos do disposto no artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 117/2001, de 4 de junho, pela Lei nº 60/2007, de 4 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e pela Lei nº 28/2010, de 2 de setembro.

Aprovar igualmente a libertação da caução prestada pela garantia bancária nº 0003.007829.993 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, em 09 de março de 2006, de acordo com o nº 5 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 117/2001, de 4 de junho, pela Lei nº 60/2007, de 4 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e pela Lei nº 28/2010, de 2 de setembro, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 36 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, na sequência da informação nº 161/14-EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de outubro de 2014, relativa ao pedido de redução de garantia

bancária apresentada pela Imobiliária Casal das Sarnadas, Lda., titular do processo nº 1247/03, eliminando o valor residual de 10% no que se refere às infraestruturas elétricas, telecomunicações, rede de gás, reservatório semienterrado e estaleiro.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a libertação dos montantes de 16.740,00€ (dezasseis mil setecentos e quarenta euros) e de 1.832,00€ (mil oitocentos e trinta e dois euros), respeitantes a 10% do valor ainda caucionado relativo às infraestruturas elétricas e de telecomunicações, respetivamente.

Transmitir à requerente a impossibilidade de estender tal redução aos restantes itens, enquanto não decorrer o prazo legal de 5 anos sobre a recção provisória para que seja equacionada a receção definitiva das obras de urbanização do loteamento, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 37 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dez horas e quarenta e sete minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções do público e dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Carolina B. Mendes

A ASSISTENTE TÉCNICA

António Aires Soares

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 18.11.2014

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG6094/2014:169462	28-04-2014	145158543	Francisco José Rosa Dinis / Rua dos Marmeleiros - Concavada - União das freguesias de Alvega e Concavada	Construção de anexos / Rua dos Marmeleiros, n.º 26 - Concavada - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	29-10-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito
PG5162/2014:166676	07-04-2014	225946700	Marco Paulo de Matos Fernandes / Mouriscas	Construção de habitação / Outeiro do Gaio - Maiorca - Mouriscas	Despacho	29-10-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG12973/2014:188417	12-09-2014	117022314	Luís Maria da Silva / Rua Nossa Senhora da Boa Viagem - Carvalhal	Alteração de edifício / Rua Nossa Senhora da Boa Viagem - Carvalhal	Despacho	31-10-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto.
PG15805/2012	25-09-2012	208061762 / CM7578	Vitor José Lobato Marques / Rua Cimo do Vale - Água de Travessa - Bemposta	Reconstrução de habitação / Rua Cimo do Vale - Água de Travessa - Bemposta	Despacho	31-10-2014	Aprovado projeto e o deferimento das alterações introduzidas no decorrer da obra, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento um aditamento ao alvará de licença.
PG8334/2014:175655	06-06-2014	121725235	José Carlos do Carmo Crispim / Rua Várzea - Mouriscas	Legalização / alteração de anexo - Várzea - Mouriscas	Despacho	31-10-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 18.11.2014

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG11624/2012:80563	29.06.2012	112452582 / 15743	Luis Armando de Jesus Silva / Av. D. João, n.º 414 - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de alteração / Rua Diogo Oleiro, n.º 5 - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	30-10-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG3887/2013:111421	07-03-2013	125669992	Arnaldo Seco Couceiro / Largo das Escolas - Pego	Construção de muro de vedação / Rua do Outeiro, n.º 134 - Martinchel	Despacho	04-11-2014	Aprovadas alterações apresentadas, solicitando-se (após expediente) à Fiscalização Municipal que proceda às averiguações sugeridas pela informação técnica.
PG11112/2014:183261	30-07-2014	104350695	Maria Manuel André da Silva / Largo Ramada Curto, Lote 6 - Quinta Laranjeiras	Alteração / legalização de moradia unifamiliar - Rua Professor Florinda Matos Sabino - Souto - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	04-11-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, concretamente alteração de projeto de estabilidade ou, em alternativa, declaração do técnico autor da estabilidade justificando a não apresentação desse projeto caso este seja dispensável face à natureza das alterações.
PG16104/2013:144049	31-10-2013	170921590	Joaquim José Marques Felicio / Rua Pranto Maria Parda, Lote 125 - Pombal	Alteração/ Legalização de construções - Travessa dos Marmeleiros n.º 4 - Concavada - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	06-11-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 18.11.2014

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG8615/2014:176385	12-06-2014	112446329	Manuel Rosa Vicente / Rua do Fernando, n.º 4 - Ribeira do Fernando - União das freguesias de Alvega e Concavada	Alteração de edifício / Rua do Fernando - Ribeira do Fernando - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	12-11-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG10332/2014:181422	16-07-2014	152861068	Maria Julia Bandarra Nunes Coco / Rua do Cabeço, n.º 760 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração de habitação - Rua do Cabeço, n.º 760 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	12-11-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto; propõe esta DOGU que a licença seja condicionada à manutenção da (atual) altura das chaminés, não elevando a sua altura; desse modo, ficará a emissão do indispensável Alvará de licença condicionada à entrega das peças gráficas desenhadas corrigidas nessa conformidade.
PG10813/2014:182522	24-07-2014	702517208	António Lopes - Cabeça de Casal da Herança de / Canto do Gil - Bemposta	Demolição de edifício / Canto do Gil - Bemposta	Despacho	12-11-2014	Deferida licença para a demolição, nos termos de ambas as informações (DOGU-Arquitectura e DOGU-Enenharia) prestadas.
PG13562/2011:34943	05-08-2011	105680311	Maria José de Jesus Simples Rodrigues / Rua Quinta D'Arca, n.º 66 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração/ Legalização de habitação unifamiliar, anexo e muros - Rua Quinta D Arca, n.º 56 - Chainça - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	12-11-2014	Deferidas alterações introduzidas no decorrer da obra, consubstanciando-se esse deferimento num aditamento ao alvará.

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 13/11/2014

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2014/11/18

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA		DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data					Número	Tip	Data
04.06	07000349	2007/05/21	AUTOBEDI	07001527	2007/05/21	0201617137 cm00012184	JOSE MANUEL GUIMARAES BISPO BAIRRO 25 DE ABRIL, LOTE 14	construção moradia LOTEAMENTO MUNICIPAL LOTE 8		14000130	DES	2014/11/05
2011/07/28: Indeferido										T E O R		
06.04	10000342	2010/08/23	LICOBRR	10001495	2010/08/23	0500773289 cm00007174	SOLIDARIEDADE SACERDOTAL DA DIOCESE RUA PROFESSOR SILVA LEITÃO, N° 9	alteração Garagem Rua da Ponte de São José Alferrarede		14000133	DES	2014/11/11
2014/10/14: Deferido nos termos da informação.										T E O R		

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuje ***